



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO

VITORIA REBECA MARQUES BATISTA

**LAZER, TURISMO E REVITALIZAÇÃO URBANA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO PARA O LAZER EM SÃO BERNARDO/MARANHÃO**

**SÃO BERNARDO - MA
2025**



VITORIA REBECA MARQUES BATISTA

**LAZER, TURISMO E REVITALIZAÇÃO URBANA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO PARA O LAZER EM SÃO BERNARDO/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Turismo da
Universidade Federal do Maranhão Centro de
Ciências de São Bernardo, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Catarina Alves
Coutinho

**SÃO BERNARDO – MA
2025**

VITORIA REBECA MARQUES BATISTA

**LAZER, TURISMO E REVITALIZAÇÃO URBANA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO PARA O LAZER EM SÃO BERNARDO/MARANHÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Turismo da
Universidade Federal do Maranhão Centro de
Ciências de São Bernardo, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Catarina Alves
Coutinho

Aprovado em 25 de Agosto de 2025.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Catarina Alves Coutinho (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de São Bernardo

Prof. Me. Igor Moraes Rodrigues

Universidade Federal do Paraná (Membro Externo)

Profa. Dra. Janine Alessandra Perini

Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de São Bernardo (Membro Interno).

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Marques Batista, Vitoria Rebeca.

Lazer, Turismo e Revitalização Urbana: A produção do espaço urbano para o lazer em São Bernardo/Paraná / Vitoria Rebeca Marques Batista. - 2025.

34 p.

Orientador(a): Ana Catarina Alves Coutinho.

Curso de Turismo, Universidade Federal do Paraná, São Bernardo Paraná, 2025.

1. Planejamento Urbano.	2. Equipamentos de Lazer.	3. Políticas de Lazer e Turismo.	4. Revitalização Para O Lazer.	5. Extensão Universitária.	I. Alves Coutinho, Ana Catarina.
II. Título.					

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

RESUMO

O interesse na investigação no uso do espaço pelo lazer nas cidades, vem se consolidando em diversas pesquisas e práticas sociais nos últimos 15 anos, demarcando, a relação entre lazer, espaço e cidade. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os processos de revitalização dos espaços públicos destinados ao lazer, com ênfase nas estratégias adotadas e na participação social, como forma de efetivação do direito à cidade, no município de São Bernardo/MA. Para tanto, a metodologia da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico utilizando o Pro-know-C, utilizando a análise temática de pesquisa sobre lazer; adicionado foi realizado a catalogação através da análise multicritério dos equipamentos de lazer em São Bernardo/MA, com análise de estatísticas simples e ilustrado com uso de Dashboards. E por fim, realizou a análise de três espaços revitalizados, no ano de 2024, por meio da observação participante. Os resultados da pesquisa identificaram que os estudos de lazer, no Brasil, têm direcionado as perspectivas para pequenas e médias cidades, onde se incluem São Bernardo. Todavia, os 16 equipamentos públicos catalogados em São Bernardo/MA apresentam deficiência em relação às categorias observadas de acessibilidade, de sustentabilidade e de estado de conservação. E os processos de revitalização, revelam a prática extensionista, legitimando o direito à cidade por meio de espaços humanizados. Conclui-se que as revitalizações para uso do lazer no espaço, através de metodologia territorial participativa, provocam senso de pertencimento e diminuição da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano; Equipamentos de lazer, Políticas de lazer e turismo, Revitalização para o lazer, Extensão universitária

ABSTRACT

The interest in investigating the use of space for leisure in cities has been consolidating in several studies and social practices over the past 15 years, marking the relationship between leisure, space, and the city. In this context, this research aims to analyze the revitalization processes of public spaces intended for leisure, with an emphasis on the strategies adopted and social participation as a means of ensuring the right to the city in the municipality of São Bernardo/MA. For this purpose, the research methodology consisted of a literature review using the ProKnow-C method, applying thematic analysis of studies on leisure; in addition, cataloging was carried out through multi-criteria analysis of leisure facilities in São Bernardo/MA, with simple statistical analysis and illustrated using dashboards. Finally, three revitalized spaces were analyzed in 2024 through participant observation. The research results identified that leisure studies in Brazil have been focusing on small and medium-sized cities, which includes São Bernardo. However, the 16 public facilities cataloged in São Bernardo/MA show deficiencies regarding the observed categories of accessibility, sustainability, and state of conservation. Furthermore, the revitalization processes reveal extensionist practices, legitimizing the right to the city through humanized spaces. It is concluded that revitalizations aimed at leisure use of space, through participatory territorial methodology, foster a sense of belonging and reduce violence, which is one of the original contributions of this research.

KEYWORDS: Urban Planning; Leisure Facilities; Leisure and Tourism Policies; Leisure-Oriented Revitalization; University Extension

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em formato de artigo científico, intitulado LAZER, TURISMO E REVITALIZAÇÃO URBANA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PARA O LAZER EM SÃO BERNARDO/MARANHÃO" foi defendido pela discente Vitoria Rebeca Marques Batista, sob orientação da Professora Dra. Ana Catarina Alves Coutinho, e aprovado por membros da Comissão Examinadora de Defesa Pública, realizada no dia 25/08/2025. Acatando-se as principais considerações feitas pela referida comissão, o trabalho sofreu ajustes, de tal sorte que integrantes da banca foram convidados a atuarem como co-autoras.

O artigo foi estruturado considerando dois principais fatores: a) sugestão de dividir a produção da aluna e da professora em dois artigos principais considerando a relevância da produção acadêmica, estruturado em torno do título VAMOS ANALISAR OS ESPAÇOS DE LAZER? A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO DIAGNÓSTICO DO LAZER E TURISMO EM SÃO BERNARDO/MARANHÃO/BRASIL; e b) a Revista estabelece como uma de suas normas de submissão que pesquisadores, na condição de graduandos(as), não podem se figurar como primeiro(a) autor(a) dos artigos submetidos. Em virtude dessa norma e dadas as contribuições para a concepção, desenvolvimento, revisão e correções do artigo, passa a ser primeira autora a correspondente do trabalho, a orientadora, Dra. Ana Catarina Alves Coutinho, em concordância com a discente. Respectivamente a autoria segue: Vitoria Rebeca Marques Batista, Igor Moraes e Janine Perini. O artigo foi submetido a Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade (ISSN: 2178-9061) em 02/09/2025.

SUMÁRIO

1 CAMINHOS INTRODUTÓRIOS DO LAZER	8
2 DIREITO À CIDADE E DIREITO AO LAZER, QUE DIREITOS SÃO ESSES? AS REVITALIZAÇÕES EM PAUTA	9
3 DESIGN METODOLÓGICO	14
3.1 Levantamentos dos dados	14
3.2 São Bernardo/MA: A cidade como campo de investigação	15
3.3 Instrumentos de análise de dados	16
4 RESULTADOS	18
4.1 Pesquisas em lazer: para onde caminhamos?	18
4.2 Espaços de lazer e seus usos em São Bernardo/MA	20
4.3 Vamos falar de lazer? Análise dos processos de revitalização em São Bernardo/MA	25
4.3.1 Revitalização Praça Nossa Senhora de Fátima	25
4.3.2 Revitalização Praça dos Cajueiros/UFMA	27
4.3.3 Revitalização área de convivência e coordenação/UFMA	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34

1 CAMINHOS INTRODUTÓRIOS DO LAZER

O interesse na investigação no uso do espaço pelo lazer nas cidades, como um campo de luta da sociedade, vem se consolidando em diversas pesquisas e práticas sociais nos últimos 15 anos, demarcando, assim, a relação entre lazer, espaço e cidade (Rechia; Baptista, 2024). O lazer, neste sentido, está relacionado com o direito à cidade, destacando a importância não apenas do acesso igualitário aos espaços e recursos urbanos (Harvey, 2008), mas também, sobre como as práticas e uso do lazer devem ser uma estratégia encarada na cidade.

Este planejamento territorial pensado para o lazer, contribui não somente com o acesso imediato a serviços e garantia de qualidade de vida, mas também atua na manutenção de políticas preventivas para a garantia da segurança pública. Por sua vez, a criação e efetivação de espaços de lazer tem sido a tônica de estudos (Coutinho; Nóbrega; Fazito, 2021) que enfatizam a diminuição de ocorrência criminal. A forma de ver e relacionar com o espaço e a possibilidade de contato com o outro contribui com a diminuição da violência.

Segundo Coutinho, Nóbrega e Fazito (2021), as desordens sociais, tais como muro pichado, baixa iluminação, presença de lixo acumulado e mau odor, além de afastar os turistas, são mecanismos de perpetuação do medo urbano. A revitalização destes ambientes tem sido o tema tanto para as práticas de lazer quanto para atração turística, gerando ambientes seguros e agregando benefícios econômicos, sociais e ambientais para a comunidade.

O lazer, portanto, não é apenas um segmento turístico, cuja motivação da viagem dar-se-á pela busca do lazer, mas o inclui (Camargo, 2017). Com isso, as teorias sobre o lazer têm produzido estudos com destaque para a melhoria dos equipamentos e espaços destinados ao lazer no meio urbano. E também, sua associação com a atividade turística, a partir de políticas comunitárias para revitalizar espaços públicos. Os processos de revitalização para o lazer, como um campo de luta na cidade, são de interesse desta pesquisa. Neste sentido, questiona: Como os processos de revitalização dos espaços públicos destinados ao lazer e desenvolvimento do turismo, a partir da participação social, contribuem para a efetivação do direito à cidade em São Bernardo do Maranhão?

Para isto, tem como objetivo geral analisar os processos de revitalização dos espaços públicos destinados ao lazer, com ênfase nas estratégias adotadas e na participação social, como forma de efetivação do direito à cidade, no município de São Bernardo/MA. Para atender ao objetivo geral, destaca-se os objetivos específicos: a) Realizar o levantamento do

estado da arte sobre pesquisas em lazer e turismo no Brasil situando as perspectivas teóricas e conceituais contemporâneas; b) Identificar as características e avaliar as condições de uso dos espaços públicos de lazer na cidade de São Bernardo/MA; e c) Analisar os processos de intervenções de revitalização em espaços públicos destinados ao lazer, através do seu papel na participação comunitária e do turismo em São Bernardo/MA.

O interesse na investigação destes espaços emerge por ter sido bolsista de um projeto de extensão universitária denominado 'Lazerólogo' que discute o acesso ao lazer no espaço urbano com a finalidade de promover política preventiva de segurança pública (social e turística). O foco das ações práticas reside em estratégias de educação ambiental para criação, promoção e geração de acesso ao lazer e suas discussões que envolvem o planejamento territorial, na promoção do bem-estar social, humanização e política de turismo.

A revitalização urbana é um processo que busca recuperar áreas degradadas, restabelecendo suas funções sociais e urbanísticas. Segundo Lefebvre (2001), o espaço urbano é produzido socialmente, e sua apropriação deve ocorrer de forma coletiva e democrática. Assim, revitalizar um espaço é garantir que ele volte a cumprir seu papel de lugar de encontro, lazer e cidadania. A revitalização, portanto, não se limita a melhorias físicas, mas envolve a transformação das relações sociais que ocorrem naquele local.

O projeto se destaca por sua abordagem interdisciplinar conectando outros projetos extensionistas universitários (Encontro de Intervenção Artística/Curso de Linguagens, Língua Portuguesa Quarta Cultural/ Curso de música), analisando o lazer não apenas como uma atividade recreativa, mas como um componente essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades. Como integrante do projeto tive a oportunidade de contribuir com análises críticas e propostas inovadoras, ao mesmo tempo em que desenvolvo habilidades acadêmicas e profissionais voltadas para a pesquisa, planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao lazer urbano. O conhecimento adquirido e as práticas desenvolvidas no âmbito do projeto certamente enriqueceram minha formação e me permitiram atuar de forma mais consciente e propositiva na promoção de ambientes urbanos mais inclusivos e atrativos.

2 DIREITO À CIDADE E DIREITO AO LAZER, QUE DIREITOS SÃO ESSES? AS REVITALIZAÇÕES EM PAUTA

A primeira vez que se teve conhecimento do termo "direito à cidade" foi protagonizado por Henry Lefebvre em seu livro "O direito à Cidade", publicado em 1968. Ele

foi um pensador marxista que analisou a relação entre espaço urbano e sociedade, argumentando que o espaço não é apenas um cenário passivo, mas uma construção social que reflete as relações de poder. Lefebvre propõe que o direito à cidade envolve a reivindicação dos cidadãos para participar na produção do espaço urbano. Isso inclui o direito à habitação digna, acesso a serviços públicos, espaços de lazer e participação nas decisões sobre a urbanização (Lefebvre, 1968).

Lefebvre introduz a ideia de que o espaço urbano é uma construção social, moldada pelas relações de poder, economia e cultura. Ele enfatiza que a cidade é fruto de processos históricos e sociais, onde as decisões sobre o espaço são tomadas por uma elite, frequentemente ignorando as necessidades da população. Essa análise crítica destaca como as cidades são projetadas para servir interesses específicos, muitas vezes em detrimento da maioria da população (Lefebvre, 1968). Por isso, o direito à cidade é o direito dos cidadãos não apenas de habitar a cidade, mas de participar ativamente na sua produção e transformação. Ele argumenta que todos têm o direito de usufruir dos benefícios urbanos, acesso à habitação digna, serviços públicos, espaços de lazer e participação nas decisões urbanas. Esse direito implica uma reconfiguração das relações sociais e políticas nas cidades.

Harvey (2008), como um dos seus contemporâneos sobre o direito à cidade, vem abordando dentro do contexto neoliberal e financeirização do espaço urbano, onde o direito à cidade é também um direito político de reivindicação, distanciando a cidade como uma simples mercadoria. Nesta lógica, cita que se antes a *estratégia* era um termo do mercado, a cidade se torna também estratégica por meio do seu planejamento para atingir o seu consumo. Estratégia e cidade no caminho de políticas neoliberais. Harvey (2008) destaca o papel das lutas urbanas, e a busca por uma cidade produzida e garantida por seus habitantes, distanciando a lógica de agentes financeiros, empreiteiras ou elites políticas.

Segundo Harvey (2008), é fundamental que os gestores públicos se empenhem na criação e preservação dos bens comuns urbanos, compreendidos como recursos coletivos voltados ao bem-estar social. Elementos como serviços de saúde, educação, pavimentação, acesso à água potável, praças e demais equipamentos públicos contribuem para a construção do bem comum e para a garantia do direito à cidade.

No entanto, Harvey (2008) alerta que nem todo bem público é, necessariamente, um bem comum. Isso ocorre porque, apesar de sua destinação pública, alguns bens podem ser apropriados de forma excludente, mediante cercamentos, cobranças ou restrições de acesso. É o caso, por exemplo, de espaços culturais ou de lazer que, mesmo sendo originalmente públicos, são convertidos em serviços privatizados ou seletivos. Nessa perspectiva, o bem

público só se transforma em bem comum quando há disponibilidade universal e acesso democrático.

Coutinho (2022) reforça essa lógica ao afirmar que, no contexto crescente de violência urbana da América Latina, a ampliação do acesso a bens públicos como praças iluminadas e com oferta de atividades de lazer é mais eficaz para a promoção da segurança do que políticas repressivas, como a construção de presídios. Isso demonstra que a gestão de bens públicos com foco na coletividade pode, de fato, gerar bens comuns e fortalecer os vínculos sociais.

Assim, a precariedade física dos espaços gera uma sensação de abandono, o que favorece a associação desses locais à insegurança. Mesmo na ausência de registros concretos de violência, a simples aparência de deterioração contribui para a produção social do medo, afetando a circulação de pessoas e comprometendo o uso coletivo do espaço urbano, por onde são indicadas políticas de revitalização (Coutinho, Nóbrega; Fazito, 2021).

Esse medo não é real mas está fortemente vinculado a uma percepção simbólica construída a partir de experiências, narrativas locais e da ausência do Estado. A falta de policiamento, a iluminação precária, a carência de ações culturais e a escassa presença comunitária reforçam a sensação de vulnerabilidade. Em muitos casos, bairros, ruas e praças passam a ser considerados "perigosos" apenas por sua aparência ou reputação, ainda que os índices de criminalidade sejam baixos. Isso restringe o uso social e turístico desses lugares, contribuindo para sua marginalização e para o fortalecimento de estigmas territoriais. Esse medo imaginado, ou seja, projetado sobre o espaço, atua como limitador do uso urbano gerando um esvaziamento progressivo do espaço público (Coutinho, 2022).

Além disso, esse tipo de medo está frequentemente relacionado a processos de estigmatização social e territorial, nos quais determinados bairros, praças ou ruas passam a ser considerados perigosos por associações históricas, preconceitos ou narrativas compartilhadas, muitas vezes ligadas à classe social, etnia ou aparência da população local (Ponath, 2019). Em contextos turísticos, isso afeta diretamente a hospitalidade, pois cria barreiras simbólicas que afastam visitantes e inibem o contato genuíno com a cultura local.

No Brasil, as discussões desta luta social pautada no Direito à cidade emergem com a Constituição Federal de 1988. Alguns dos principais dispositivos estão no artigo 5º - O direito à igualdade e à dignidade da pessoa humana: A Constituição garante a todos os cidadãos igualdade perante a lei e o direito à liberdade, segurança e propriedade. Estes direitos fundamentais implicam em uma cidade onde todos tenham acesso à educação, saúde, transporte, moradia, segurança e lazer, independentemente de sua classe social ou origem.

O artigo 217 da Constituição reforça essa perspectiva ao afirmar que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, garantindo o acesso ao lazer para todos os cidadãos. Já o artigo 227 destaca a importância do lazer para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, assegurando que esse direito seja respeitado com prioridade absoluta. Esses dispositivos também se aplicam ao turismo, pois incentivam o uso dos espaços urbanos como ambientes de convivência, prática esportiva, expressão cultural e visitação pública.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), ao garantir no artigo 16 o direito das crianças de brincar, divertir-se e praticar esportes em locais seguros, também contribui para o fortalecimento do turismo social e comunitário, que considera o bem-estar da população local como parte essencial da experiência turística. Estas perspectivas também são previstas no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que garante a todas as pessoas o acesso justo e democrático aos espaços urbanos, com condições adequadas de mobilidade, segurança, infraestrutura e participação cidadã.

Neste sentido, a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, os planos diretores e o Estatuto da Criança e Adolescente buscam garantir que o crescimento urbano aconteça de maneira sustentável e democrática, com uma gestão participativa e o respeito às necessidades da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis. Assim, o direito à cidade se configura como um direito fundamental, essencial para a realização de outros direitos humanos, como o direito à saúde, educação, transporte, moradia e segurança pública.

Embora garantido por lei, o lazer muitas vezes se concretiza em espaços improvisados ou negligenciados, como praças abandonadas ou sem manutenção, quadras esportivas sem cobertura ou iluminação, campos improvisados em terrenos baldios, parques urbanos distantes e com difícil acesso, espaços culturais com pouca programação comunitária e áreas públicas transformadas em estacionamentos ou comerciais. Ou seja, há uma contradição entre o direito garantido e a realidade vivida. O lazer, nesse contexto, não é superficial, mas uma prática social legítima e estruturante, que só se efetiva quando há políticas públicas, orçamento, infraestrutura e vontade política voltada à inclusão.

Trata-se de um direito legítimo, respaldado por legislações nacionais e reconhecido como elemento central para o bem-estar coletivo, a convivência social e a democratização do espaço urbano. A promoção do lazer deve ser pensada como política pública estruturante, que inclua a população nos processos de decisão, que respeite a diversidade cultural e que assegure espaços de uso coletivo seguros, acessíveis e integrados ao cotidiano das pessoas.

Estudos evidenciam o planejamento da cidade invisibilizado por alguns grupos sociais. Na pesquisa de Silva e Carade (2018), por exemplo, os jovens reivindicam acesso aos

equipamentos públicos de lazer, através da participação social evidenciando elementos culturais como categoria fundante, o que provocou a criação do movimento “nós por nós”. Donin Neto e Boeria (2022), observou-se que, dos 210 jovens distribuídos em 81 equipamentos de lazer, nos 19 bairros de Florianópolis, apenas 30% eram do gênero feminino. Tais questões refletem marcas da opressão de gênero e de faixa etária que se manifestam nos corpos ao longo do tempo.

Sá, Garcia e Andrade (2017) por sua vez falam da importância da integração entre os programas de urbanização, através do esporte. Sua pesquisa analisou a disposição de ciclovias, em São Paulo, integrando a rede espaços e atividades. Isto provocou o uso contínuo e democrático do espaço público para lazer, convivência e prática de atividades físicas.

No campo da acessibilidade, Régis e Nogueira (2021), analisam as barreiras arquitetônicas e urbanísticas que limitam a acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, com foco na análise das dificuldades enfrentadas no dia a dia nas cidades. As barreiras urbanísticas ocorrem, de acordo com as autoras pelo desconhecimento e falta de fiscalização sobre as leis de acessibilidade.

Espírito Santo e Retondar (2018) relacionam o lazer ao direito à cidade, destacando o papel da universidade na promoção da inclusão e do acesso aos espaços urbanos. As ações incluem atividades esportivas, recreativas e culturais como forma de ressignificar o uso dos espaços públicos e estimular a participação ativa da comunidade. Neste sentido, o papel da universidade foi levar ações de lazer a territórios invisibilizados, contribuindo com o fortalecimento do direito à cidade. Estas questões estão relacionadas ao conceito de “cidade como espaço de disputa”.

Nesse sentido, o lazer se configura como um campo de luta social, pois, embora previsto em lei, sua concretização depende da mobilização popular e do compromisso do Estado em garantir condições reais para que todos possam usufruí-lo a partir de políticas sociais para revitalizar o espaço.

A revitalização urbana é um processo que busca recuperar áreas degradadas, restabelecendo suas funções sociais e urbanísticas. Segundo Lefebvre (2001), o espaço urbano é produzido socialmente, e sua apropriação deve ocorrer de forma coletiva e democrática. Assim, revitalizar um espaço é garantir que ele volte a cumprir seu papel de lugar de encontro, lazer e cidadania. A revitalização, portanto, não se limita a melhorias físicas, mas envolve a transformação das relações sociais que ocorrem naquele local.

De acordo com Harvey (2008), o direito à cidade envolve o poder de moldar e remodelar a cidade de acordo com as necessidades da coletividade. Nesse sentido, os

processos de revitalização devem estar integrados a políticas públicas que priorizem a inclusão, a acessibilidade e o bem-estar da população. Quando bem conduzida, a revitalização promove o pertencimento social e resgata a função pública e simbólica dos espaços urbanos.

3 DESIGN METODOLÓGICO

3.1 Levantamentos dos dados

A pesquisa aborda uma metodologia qualitativa descritiva, estruturada em três principais etapas. Na primeira, realizou-se o levantamento bibliográfico utilizando a metodologia desenvolvida por *Ensslin et al.* (2010), denominada *Knowledge Development Process Constructivist* (ProKnow-C). Adotou-se o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como campo de investigação e utilizou os seguintes critérios: a) escolha das palavras chaves que foram “direito à Cidade” e “direito ao lazer”; b) a aplicação dos filtros: Artigo revisados por pares, publicados em português e disponíveis nos últimos 10 anos (entre 2014 e 2024); c) seguindo com o procedimento de disponibilidade virtual na íntegra. No total foram lidos 36 artigos que abordam a discussão teórica da pesquisa.

Acrescentando nesse processo, foi incluído indicação de especialista, que envolve livros e documentos de marcos regulatórios sobre políticas de lazer, estas são especificamente: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Selecionados por sua relevância na discussão teórica e conceitual sobre o direito ao lazer e a organização do espaço urbano.

A segunda etapa de coleta consiste na identificação do universo de estudo a partir da catalogação e caracterização de quantos e onde estão localizados os equipamentos públicos direcionados ao lazer na cidade de São Bernardo/MA. Para isto, foi realizada uma pesquisa de campo, através da técnica de observação direta catalogando, caracterizando e mapeando os equipamentos de lazer. O levantamento foi realizado durante o mês de outubro de 2023 em conjunto com o grupo de extensão e foram catalogados 16 equipamentos de lazer, utilizando uma plataforma virtual do Google Forms. Posteriormente, foram complementadas o levantamento dos dados, em uma atualização, em julho de 2025.

A terceira etapa de pesquisa consiste na análise dos processos das intervenções de revitalização em espaços públicos para a dinâmica do lazer, no município de São Bernardo/MA. Estas ações foram realizadas por dois projetos de extensão universitários

(Lazerólogo e RevitalizAÇÃO). No total foram analisadas três intervenções realizadas em espaços públicos, sendo uma praça pública (Praça Nossa Senhora de Fátima) e duas em espaço público universitário (Praça do Cajueiro/UFMA e Espaço de vivência e coordenação). As ações ocorreram ao longo do ano de 2024 utilizando a intervenção de educação ambiental (reciclagem e plantio) e a educação artística (grafite) como pauta das ações.

Os dados coletados envolvem o processo de intervenção em duas etapas: a) características e demandas anteriores à intervenção e b) as atividades de intervenção como prática de lazer. Tais questões discutem os espaços de lazer na cidade e refletem sobre uma metodologia de políticas de lazer. Não foram realizadas entrevistas com os participantes e usuários do espaço considerando a demanda do comitê de ética e as resoluções que envolvem seres humanos.

Quadro 01 - Intervenção de revitalização para o lazer

Período	Local	Ação
24 de Abril	Praça Nossa Senhora de Fátima, São Bernardo/MA	Educação ambiental, artística e musical
16 de maio	Praça do Cajueiro, situada no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Intervenção artística e musical
13 de dezembro	Espaço de vivência e coordenação, Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Educação artística

Fonte: autores (2024)

3.2 São Bernardo/MA: A cidade como campo de investigação

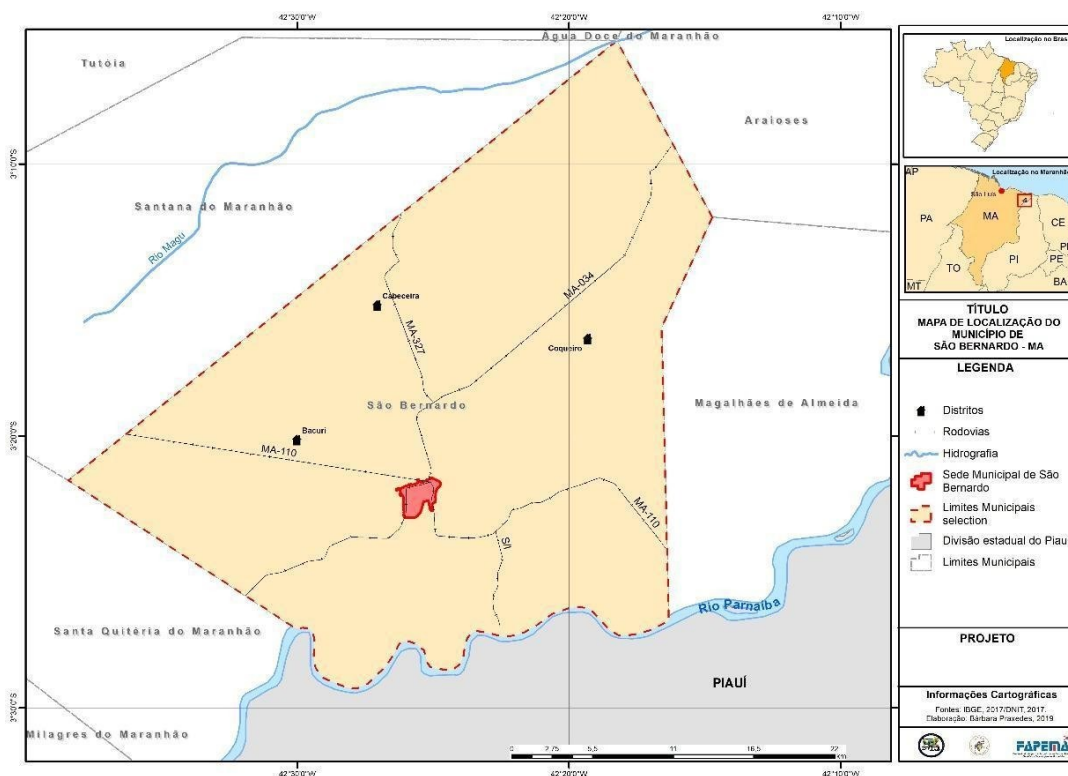
O estudo foi desenvolvido no município de São Bernardo do Maranhão, localizado na região do Baixo Parnaíba Maranhense, com população estimada em 26.943 habitantes (IBGE, 2022) e é banhado pelo Rio Buriti, tem proximidade com a bacia do Delta das Américas e abriga um balneário que reforça a cultura dos banhos como prática de lazer.

O município foi emancipado em 15 de julho de 1935, por meio da Lei Estadual nº 875, sendo anteriormente um distrito do município de Brejo. As principais atividades econômicas de São Bernardo são o funcionalismo público, seguido do agropecuarismo, com destaque para a produção de farinha, arroz e soja. Além disso, práticas tradicionais como a pecuária, pesca, extrativismo vegetal e agricultura também contribuem para o desenvolvimento local. A cidade

ainda mantém uma forte tradição religiosa, que movimenta e direciona celebrações e costumes locais (Coutinho; Lima, 2019).

Do ponto de vista turístico, a cidade apresenta um curso de formação superior em bacharelado em Turismo de instituição pública denotando formação qualificada, mas ainda em crescimento do ponto de vista estrutural (dispõe de 5 estabelecimentos de hospedagem, 13 de alimentação e bebidas) o que torna um terreno fértil para a discussão do lazer no espaço urbano (Coutinho; Lima, 2019).

Mapa 1 - Localização município de São Bernardo/MA



Fonte: Coutinho e Lima (2019).

3.3 Instrumentos de análise de dados

Seguindo o processo coleta de dados, a análise também segue em três principais etapas, com olhar da abordagem qualitativa e descritiva para compreender a relação entre lazer e turismo e revitalização urbana em São Bernardo/MA. A primeira etapa consiste na análise bibliográfica e documental dos artigos e documentos normativos selecionados por meio do ProKnow-C (Ensslin et al., 2010). O material foi organizado com o apoio da Biblioteca Mendeley e submetido à análise temática que permitiu identificar, refinar e consolidar categorias de análise relacionadas ao turismo e ao lazer nas cidades. Essa etapa o

forneceu à base conceitual para as fases seguintes, orientando a seleção de critérios e indicadores de avaliação (Severino, 2016).

A análise temática foi utilizada para identificar e categorizar os núcleos de sentido, agrupando dados por temas e revelando padrões de significados recorrentes. Esse método é útil em pesquisas qualitativas, pois organiza as informações de modo a facilitar a interpretação crítica (Severino, 2016).

A segunda etapa foi a catalogação e característica dos equipamentos públicos de lazer, realizada com o suporte do Google Forms, e processada no Microsoft Excel. Utilizou-se estatísticas descritivas a partir da categoria da análise multicritério (Cocco; Pippi, 2020), extraindo as seguintes categorias partindo da demanda observada dentro do grupo de extensão: localização, serviços e usos, acessibilidade, sustentabilidade, estado de conservação e classificação geral. O uso do Excel possibilitou a tabulação, organização sistemática e a construção dos Dashboards dentro da ferramenta Canva para visualização e interpretação gráfica dos resultados.

A terceira etapa foi dedicada à análise das intervenções de revitalização, conduzida por meio de observação participante, essa técnica envolve a minha inserção ativa como pesquisadora das ações do projeto, permitindo a caracterização das condições e demandas anteriores às melhorias, descrição das estratégias adotadas e o registro das atividades de intervenção como práticas de lazer. Fotografias e anotações de campo documentaram as transformações, possibilitando avaliar mudanças na funcionalidade dos espaços, na percepção da comunidade e na promoção do lazer. A observação participante, por sua vez, permitiu captar comportamentos, interpretações e significados de forma direta e vivencial, favorecendo uma compreensão mais profunda da realidade investigada e estabelecendo vínculos de confiança com os sujeitos da pesquisa.

De maneira geral, a metodologia desta pesquisa compreende o conjunto de fontes e técnicas, organizadas no quadro abaixo.

Quadro 02 - Quadro metodológico

Tipo	Fonte de coleta	Ano	Análise dos dados	Categoria de análise	Software	Ilustração e resultado
Bibliográfico e documental	Pro-know-c e documentos normativos brasileiros	2014 a 2024	Análise temática	Abordagens sobre turismo e lazer nas cidades	Biblioteca Mendeley	Discussão do conteúdo
Catálogo	Pesquisa de campo do projeto Lazerólogo	2023	Estatística simples descritiva	- Análise multicritério dos equipamentos - Condições do equipamento:	Google forms e Excel	Dashboard, tabelas e figuras

				localização, serviços e usos, acessibilidade, sustentabilidade, estado de conservação e classificação geral - Usos dos equipamentos		
Intervenção de revitalização	Ações do projeto de extensão (Lazerólogo e RevitalizAÇÃO)	2023 e 2024	Observação participante	- Características e demandas anteriores à intervenção - Atividades de intervenção como prática de lazer	-	Fotos e descrição

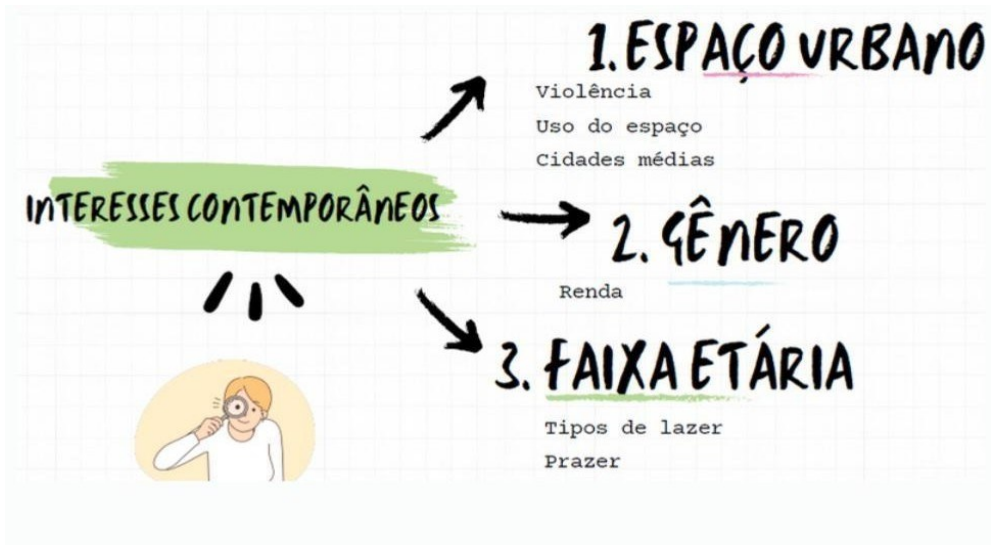
Fonte: autores (2024).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Pesquisas em lazer: Para onde caminhamos?

As evidências sobre as pesquisas de lazer e turismo no Brasil são abordadas sobre três principais espectros: O lazer no espaço urbano como democratização a seu acesso; questões de gênero acentuando o contexto histórico social e faixa etária com diferentes tipologias de lazer.

Figura 01 - Evidências sobre pesquisas em lazer no Brasil



Fonte: Base de dados a partir do projeto Lazerólogo (2024)

O estudo foi dividido em grupos, no primeiro grupo, os estudos de Bazucarini e Correa (2015) apresentam o acesso ao lazer aos estudantes universitários identificando que embora o lazer seja prazeroso é dispensável pela jornada dupla de estudo e trabalho, uma vez que requer deslocamento e recursos financeiros. Os estudos de Oliveira, Romera e Marcellino (2011) identificam as peças publicitárias na promoção do lazer. De forma específica, no consumo de álcool em jovens e o papel da mídia no incentivo ao seu consumo, mas afasta o ideal de alienação embora apresente uma discussão mercadológica. Por sua vez, o estudo de Barbosa-Pereira (2016) realiza uma mesma análise - com jovens brasileiros - a partir do fenômeno do rolezinho na cidade de São Paulo e a desigualdade social no acesso ao lazer. Nesta pesquisa, o conceito de lazer está relacionado à noção de encontro social prazeroso, sem a incidência de consumo, utilizando expressões como “não fazer nada”. Os estudos de Santos *et al.* (2016) identificam o lazer turístico e as novas demandas sociais do turismo mais inclusivo na era do conhecimento.

O conjunto destes artigos suscitam novas abordagens conceituais do turismo, relacionando a ideia de lazer ao prazer e o deslocamento. Correlacionando com a corrente histórica conceitual do lazer, migra-se das concepções de ocupação (Dumazedier, 1980) para as questões culturais (Gomes; Pinto, 2009), onde não importa exatamente a atividade em si, mas o contexto imagético que é construída por cada indivíduo. Nesta investigação, o conceito de lazer associado ao prazer deve ser entendido por sua individualidade que é construída pelo aparato social. A contradição emerge no ideal de deslocamento, uma vez que evidências do “não fazer nada” foram identificadas nas pesquisas, mas requer deslocamentos.

No segundo grupo, estudos como o de Barbosa (2018) evidencia a alocação da categoria “tempo livre” ao longo de 14 anos no Brasil, utilizando as bases documentais do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Evidenciou que, ao longo do tempo, a sociedade brasileira adquiriu mais tempo livre, com diferenças entre gêneros. Os homens ganharam mais 4 horas semanais ocasionado pela redução da jornada de trabalho e as mulheres ganharam mais 7 horas semanais devido a redução dos trabalhos domésticos. Estas questões colocam em evidência a invisibilidade do trabalho feminino. O lazer, neste sentido, não é supérfluo, mas uma condição da vivência social garantindo saúde física e mental.

O terceiro grupo de pesquisas são evidenciados nos estudos de Borges, Ferreira e Nóbrega (2019) com ênfase nas políticas públicas de revitalização urbana nas cidades de Natal/RN e Recife/PE. O lazer é o instrumento de uso do espaço e por meio da análise documental, identificou-se que em Recife/PE há uma maior preocupação com o diálogo social

para políticas efetivas. Em Gonçalves e Rechia (2015), fez uma relação entre a elaboração de políticas e sua implementação através da identificação da apropriação do espaço público em uma vila. Compreende-se que os espaços são modificados conforme seu uso, e encontra no lazer as possíveis relações. Nesta perspectiva, Melo, Boletini e Couto (2020) investigam uma política de lazer específica a partir do gerenciamento de conhecimento. Se na pesquisa anterior a ênfase reside no uso do espaço pelo lazer, nesta está na gestão das pessoas que elaboram as políticas. Por fim, em Cocco e Pippi (2020) realiza uma análise multicritério dos espaços livres intra-urbanos de lazer e recreação públicos, identificando categorias a partir de seus usos na cidade de Santa Maria/RS.

É importante observar que estas pesquisas apresentam o interesse de investigação de cidades ou localidades consideradas médias, distanciando a ideia do lazer aos grandes centros urbanos. Estas questões suscitaram o interesse de compreender as concepções de lazer e seus usos na cidade de São Bernardo/MA.

4.2 Espaços de lazer e seus usos em São Bernardo/MA

A produção do espaço de São Bernardo para o lazer compreende a catalogação de 16 equipamentos públicos, sendo 8 localizados em áreas centrais e 8 em áreas periféricas. De acordo com a análise multicritério (Cocco; Pippi, 2020), foram identificadas as seguintes categorizações: 8 praças, 4 quadras, 3 balneários e 1 academia de saúde, ilustradas no Quadro 3. Foi interessante observar a divergência entre os nomes dos equipamentos e sua descrição no cotidiano das pessoas.

Quadro 3 - Equipamentos públicos de lazer de São Bernardo/MA e localização

Equipamento	Nome (nome popular)	Localização	
Praça	Praça 29 de março (Praça de Eventos)	Rua São Vicente	Área central
	Praça Vale de Luz (Praça da Igreja)	Rua Bernardo Lima	
	Praça do Mercado (Praça do moto taxi)	Rua Bernardo Lima	
	Praça da Bernardo Coelho de Almeida (Praça da Prefeitura)	Rua Bernardo Lima	
	Praça São Sebastião (Praça da Igreja)	Beco Cândida	
	Praça Nossa Senhora de Fátima (Praça da Igreja)	Rua Mato Grosso	Área Periférica
	Praça da Estátua de São Bernardo (Estátua)	Rua Edmundo Pereira	

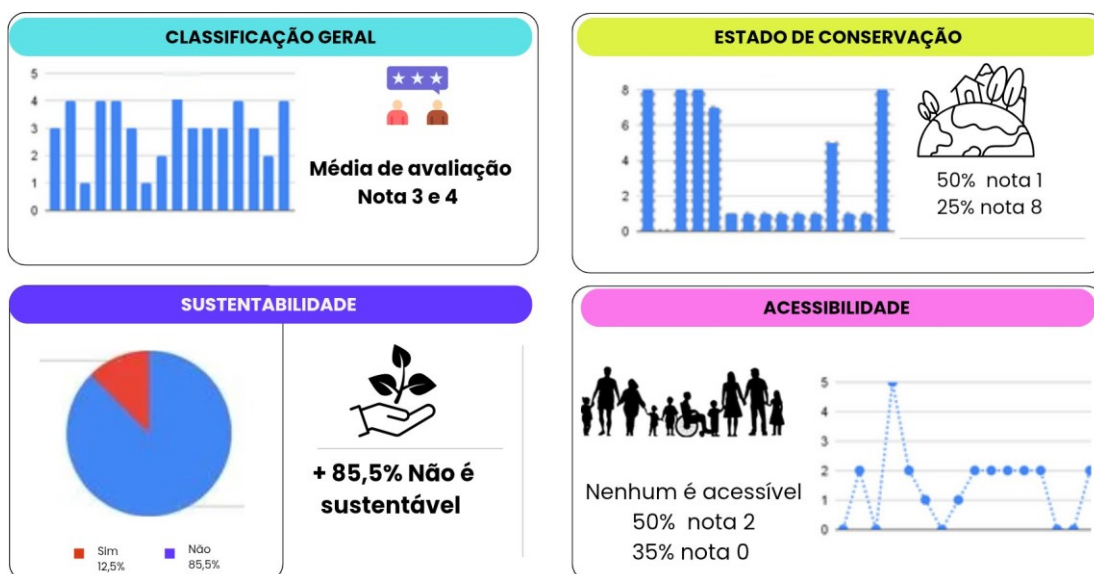
	Praça das Palmeiras	Rua São Sebastião	
Quadras	Quadra Gastão Vieira (Quadra da praça)	Rua Mato Grosso	
	Quadra Paulo Freire	Rua Projetada	
	Quadra Universitária (Quadra da UFMA)	Rua São Pedro Lima	
	Quadra São Bernardo	Rua São Vicente	
Balneários	Balneário Venescal	Rua São Bernardo	Área central
	Balneário Cai N'água	Av. Abreu	
	Balneário do Rio Buriti (Dr Espethus)	Av. Abreu	
Demais equipamentos	Academia de saúde	Av. Abreu	

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Apesar do lazer na cidade estar relacionado à prática de banhos, foram identificados somente dois equipamentos (balneário Venescal e balneário Cai N'água) que contribui com a prática de banho. O primeiro atende de forma desigual por sua localização ser distante da área central e necessitar de transporte privado (caso do Balneário Venescal), que por sua vez envolve custos para o seu uso, o segundo está em uma área bem centralizada o que facilita a prática de banhos, recém inaugurado (caso do balneário Cai N'água) e o terceiro apesar de elevar o nome de balneário (Do Rio Buriti), o que se configura é um equipamento de restaurante com serviços esportivos em seu anexo, mas que não privilegia o rio como equipamento atrativo.

Do ponto de vista das condições destes equipamentos, apresenta-se o Dashboard 01 que identifica na classificação geral, que a maioria obteve média de avaliação entre notas 3 e 4 do total de 5 pontos. Esta média geral foi extraída das avaliações das métricas discutidas a seguir.

Dashboard 01 - Caracterização dos espaços de lazer em São Bernardo, Maranhão



Fonte: autores (2025).

Em relação a categoria: estado de conservação com nota de 0 a 10, identificou-se que 50% das avaliações receberam nota 1, caso de algumas praças, quadras e um balneário. Em 16% dos casos recebeu nota zero (caso da Academia de Saúde e da Praça das Palmeiras) e somente 25% dos casos receberam nota 8. Na avaliação é recorrente observar bancos quebrados, pichações, presença de lixo, pinturas desgastadas e quando ocorre de ter árvores, não estão cuidadas denotando sinal de abandono dessas áreas. Estes dados evidenciam o baixo estado de conservação, reforçando a importância de intervenções específicas nos pontos mais críticos. Essa situação reforça o que Lefebvre (2001) denomina de direito à cidade, no qual a qualidade dos espaços urbanos deve permitir que todos usufruam de condições adequadas de uso e convivência.

Na categoria: sustentabilidade, categorizou-se que mais de 80,5% dos equipamentos analisados não foram considerados sustentáveis. Os equipamentos de lazer não adotam práticas capazes de garantir critérios como: existência de arborização e áreas sombreadas, existência de lixeiras, iluminação com baixo consumo de energia e economia circulante com disposição de serviços e facilidades de comércios locais. Investir em arborização com espécies nativas (por exemplo: jambo, caju, manga e jatobá) surge como uma solução viável e sustentável, pois, além de proporcionar sombra e conforto térmico, contribui para a preservação ambiental e para o uso contínuo e inclusivo desses locais. Sugere-se, também, a adoção de energias renováveis e inserção de lixeiras para evitar o descarte incorreto.

Em relação à categoria: acessibilidade, verificou-se que 50% dos equipamentos receberam notas 2, o que demonstra limitações no acesso e na adaptação para pessoas com diferentes necessidades referente a rampas, piso tátil, banheiros e atividades a serem realizadas (parques para crianças, por exemplo). Em 30% dos casos, recebeu nota 0. A presença de espaços com notas muito baixas, como o Balneário Venescal, Praça Estátua de São Bernardo, Praça das Palmeiras, Praça São Sebastião e a Academia da saúde, revela que ainda há barreiras significativas que precisam ser superadas para garantir um lazer inclusivo para toda a população.

Os resultados evidenciam fragilidades no cumprimento do direito ao lazer, principalmente nos aspectos de acessibilidade, sustentabilidade e conservação. A predominância de equipamentos com notas baixas para acessibilidade (50% nota 2 e 30% nota 0) confirma a crítica de Camargo (2017) que defende que a democratização do lazer pressupõe equidade no acesso físico e simbólico. Quanto à sustentabilidade, observa-se que os processos de revitalização ainda carecem de práticas ambientais e sociais integradas, conforme apontam Borges, Ferreira e Nóbrega (2019), revelando que a ausência de estratégias sustentáveis compromete a permanência e a qualidade dos espaços públicos. Além disso, o estado de conservação precário reforça a análise de Cocco e Pippi (2020), que identificam a falta de manutenção contínua como um entrave à efetividade das políticas de lazer.

Em relação aos usos dos espaços públicos, observou-se o destaque para três eixos principais: a) prática esportiva (5); b) lazer (4); c) eventos (3) e ; d) não tem uso (4). Dentre os eventos, sobressai os eventos religiosos, especialmente de cunho católico. Celebrando a fé, mobilizando e reforçando os vínculos culturais locais. Mas, também ocorrem eventos diversos como, por exemplo, shows e eventos políticos. Com isso, os eventos são fundamentais para impulsionar o lazer, pois estimulam a permanência e a apropriação dos espaços públicos. Como apontam Sá, Garcia e Andrade (2017), iniciativas como programas de lazer promovem uso contínuo e democrático do espaço urbano. Enquanto Coutinho, Nóbrega e Fazito (2021) destacam que eventos reduzem a sensação de insegurança e fortalecem vínculos comunitários.

As práticas esportivas abrangem modalidades identificadas como caminhada e ciclismo que não exigem nenhuma estrutura específica do equipamento para a sua prática. Também foi observado o uso esportivo do futebol e do vôlei, sustentadas, sobretudo, pela presença de quatro quadras. Por vezes, há grande concorrência para seu uso, com agendamentos e exclusão de grupos por falta de espaço, não atendendo a necessidade de equipamentos e usos da sociedade. Neste sentido, considera-se que as atividades esportivas possibilitam a sociabilidade de jovens, distanciado do consumo de álcool (Sá; Garcia;

Andrade, 2017). É importante considerar que na dimensão esportiva, há uma única academia de saúde, mas não é utilizada pelos moradores. Acredita-se que esta ausência de uso está relacionada por não ter facilidades que atraiam a população, ademais, não há conforto térmico, estando os equipamentos com forte incidência solar.

O lazer, por sua vez, aparece tanto em sua vertente contemplativa associado ao descanso, quanto na busca de ações recreativas voltadas para crianças e jovens. Os equipamentos públicos para o lazer não possuem brinquedos, fazendo com que as crianças fiquem só correndo como atividade lúdica, restringindo o exercício pleno do direito ao lazer previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que falam sobre a importância do brincar como parte do desenvolvimento social. Assim, a permanência das crianças nesses espaços ocorre mais pela condição de serem áreas públicas abertas do que pela oferta de atividades e recursos adequados, restringindo o direito à cidade (Harvey, 2008).

Conforme apontam Silva e Carade (2018), essa invisibilidade do uso da criança nos equipamentos públicos também está ligada a um modelo de planejamento urbano que privilegia usos adultos e comerciais, negligenciando a criação de ambientes que estimulem a imaginação, a criatividade e a socialização infantil. O que também sinaliza o papel do lazer da mulher mãe nesses espaços que não tem brinquedos, não são sombreados com pontos de descanso com visibilidade, inexistente de banheiros (Doni Neto; Boeira, 2022).

Além disso, a insegurança e a precariedade da iluminação em determinados pontos, especialmente nos espaços periféricos, restringem ainda mais a presença das mães com seus filhos no período noturno, reforçando a exclusão e o uso desigual do espaço público (Coutinho, Nóbrega; Fazito, 2021). Assim, mesmo sendo figuras centrais na mediação do lazer infantil, as mulheres mães permanecem como um grupo invisibilizado no planejamento urbano, tanto nas políticas públicas quanto na gestão cotidiana desses espaços.

De maneira geral observa-se que os 16 espaços de lazer em São Bernardo são distribuídos entre zona central (8) e periférica (8), com distinção entre suas nomenclaturas formais e uso coloquial. Tanto os equipamentos centrais quanto os periféricos possuem avaliações negativas nos quesitos de acessibilidade, sustentabilidade e conservação. Nenhum equipamento recebeu nota máxima, onde identificou que 85.5% não é sustentável, + 80% recebeu nota entre 0 e 2 e 50% não está em estado de conservação adequado.

Depreende-se que as mulheres e crianças são invisibilizadas no espaço do lazer da cidade e as práticas esportivas são a maior demanda social, onde não consegue suprir as necessidades contemporâneas. O lazer associado à prática de banho, como característica da região, se limita por dificuldade de acesso e por ser relacionado ao consumo estritamente

mercadológico. A discussão sobre a quantidade, condições e usos do lazer em São Bernardo, elevou a necessidade de práticas de revitalização nos espaços pensando nas dinâmicas locais.

4.3 Vamos falar de lazer? Análise dos processos de revitalização em São Bernardo/Maranhão como prática extensionista

4.3.1 Revitalização Praça Nossa Senhora de Fátima

A revitalização da Praça Nossa Senhora de Fátima (Figura 2), ocorreu com um diagnóstico do projeto extensionista que revelou um cenário de uso limitado do espaço e alta percepção de insegurança. Este diagnóstico foi realizado em duas etapas: a do projeto e a da escuta social. Identificou-se na observação do projeto que a comunidade, embora presente nas redondezas, evitava frequentar o local à noite, pois, mesmo sem registros significativos de ocorrências criminais, havia uma forte percepção de insegurança, alimentada pelo aspecto físico degradado e pela pouca movimentação de pessoas. As crianças permaneciam no local sem nenhuma atividade estruturada, restringindo-se a correr de um lado para outro, já que o único balanço existente estava quebrado.

Já na escuta da demanda social, revelou o desejo coletivo por um ambiente mais seguro, iluminado e acessível, que favorecesse o lazer de diferentes faixas etárias principalmente para crianças. Entre os pedidos mais recorrentes estavam a poda das árvores, a melhoria dos equipamentos infantis, o reforço na iluminação e a criação de espaços para atividades esportivas. Essa etapa foi fundamental para garantir que o projeto refletisse as necessidades reais da comunidade, fortalecendo o vínculo entre o espaço público e seus usuários.

Durante de manhã e tarde aconteceu à revitalização na praça com os grupos de extensão da UFMA Lazerólogo é coordenada pela professora Ana Catarina Coutinho e Intervenção Artística coordenada pela professora Janine Perini e Quarta Cultural com o Professor Thiago Benetti.

A partir das demandas levantadas na escuta comunitária, foi elaborado e executado um plano de intervenção que contemplou melhorias estruturais e ações de integração social. Entre as atividades realizadas, destacaram-se:

- Arte através de pinturas de amarelinha, jogos lúdicos e elementos culturais
- Restauração do balanço no parquinho infantil,
- Reforço da iluminação com o apoio da prefeitura

- Plantio de mudas para ampliar as áreas de sombra.
- Também foram realizadas atividades recreativas, como apresentações artísticas musicais.

Todo o processo ocorreu de forma colaborativa, envolvendo a comunidade em etapas como o plantio realizado com a ajuda das crianças da comunidade, o que reforçou o sentimento de pertencimento e cuidado com a praça.

Figura 2 - Praça Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Projeto Lazerólogo (2024).

O principal resultado foi o fortalecimento do sentimento de segurança, já que a presença de atividades e a maior movimentação contribuíram para a sensação de uso efetivo do espaço. No entanto, nas visitas subsequentes foi possível observar pouca movimentação, as plantas desapareceram e a pintura começou a se desgastar progressivamente.

A revitalização dialoga diretamente com a concepção de direito à cidade proposta por Lefebvre (1968), ao envolver a comunidade não apenas como usuária, mas como agente ativa na produção e transformação do espaço urbano. Essa perspectiva é reforçada por Harvey (2008), que compreende o direito à cidade como um direito político e defende a preservação dos bens comuns urbanos, como praças e equipamentos de lazer, garantindo acesso democrático e gestão voltada ao bem-estar coletivo.

Sá, Garcia e Andrade (2017) complementam essa visão ao problematizar o planejamento urbano sob a lógica neoliberal, evidenciando a importância de ações que priorizem o uso social em detrimento de interesses mercadológicos. No caso da praça, a melhoria da iluminação, a restauração do balanço e a realização de atividades recreativas

também se aproximam das análises de Coutinho, Nóbrega e Fazito (2021), que destacam o papel desses elementos na redução do “medo imaginado” e no fortalecimento da sensação de segurança, prevenindo a marginalização dos espaços. A reflexão de Ponath (2019) sobre estigmatização territorial também se aplica, considerando que a revitalização buscou romper com a imagem de abandono e insegurança.

4.3.2 Revitalização Praça dos Cajueiros/UFMA

O processo de revitalização na Praça dos Cajueiros (Figura 3) iniciou com a identificação da observação direta do grupo de extensão e de diálogo com a direção do centro universitário. Identificou-se que apesar de ser um espaço de passagem diária para estudantes, professores e servidores, não havia estrutura que estimulasse a permanência ou o convívio social. As atividades acadêmicas que eventualmente ocorriam ali eram improvisadas.

Lembro-me que, em algumas aulas realizadas na praça antes da intervenção, o chão ainda era de areia, o que dificultava o uso e evidenciava a falta de condições adequadas para atividades acadêmicas e de lazer, era um ambiente sem conforto ou atrativos que favorecessem a interação. O diálogo com a direção do centro indicou a urgência de transformar o espaço para que pudesse cumprir um papel ativo na vida universitária, não apenas como corredor de circulação, mas como ponto de encontro, lazer e convivência.

A intervenção foi planejada com foco na valorização da identidade visual e no estímulo ao uso coletivo do espaço. Deste modo, dentro de uma disciplina de artes no curso de Linguagens e Códigos, Língua Portuguesa foram discutidos e identificados elementos identitários indígenas por sua relação estética e simbólica com o ambiente universitário e a cultura local, resultando em um projeto visual integrado ao contexto, a revitalização foi coordenada pelos grupos de extensão da UFMA, Intervenção Artística Professora Janine Perini e Lazerologo Professora Ana Catarina. Entre as atividades realizadas destaca-se:

- Pinturas por todas as paredes e estruturas da praça com cores vibrantes e desenhos cheios de significado. Cada desenho, cada pintura, e cada pessoa que participou dessa revitalização sentiram-se donos daquele espaço, além da discussão com elementos indígenas;
- A discussão das pautas do movimento grevista, liderada pelo Prof. Thiago Lima/APRUMA, trouxe à tona questões essenciais para a nossa comunidade acadêmica;
- Elementos lúdicos através da arte e diálogo com a dinâmica do lazer;

- Intervenção musical com a participação do curso de Música da universidade.

Figura 3 - Praça dos Cajueiros/UFMA



Fonte: Projeto Lazerólogo (2024)

O maior resultado dessa intervenção foi a ampliação dos usos do espaço. A UFMA passou a utilizá-lo para eventos sociais, apresentações culturais e outras atividades institucionais. Foi instalada iluminação, permitindo o uso noturno, e o local tornou-se ponto de permanência e socialização. Atualmente, estudantes se reúnem para conversar, jogar, estudar e participar de atividades culturais, o que consolidou a praça como ambiente acolhedor e vivo.

O espaço universitário também já foi palco para exposições de poemas e outras manifestações acadêmicas e culturais, reforçando seu papel como lugar de permanência e expressão coletiva. Essa intervenção dialoga com De Sá, Garcia e Andrade (2017), ao evidenciar como a democratização e apropriação coletiva do espaço urbano transformam locais de passagem em ambientes de convivência, participação e expressão cultural. Como destaca Espírito Santo e Retondar (2018), o lazer universitário não pode ser visto apenas como atividade secundária, mas como dimensão fundamental para a qualidade de vida e para a sociabilidade no espaço acadêmico. Nesse sentido, a requalificação da praça não só ampliou a vitalidade do centro universitário, como também dialoga com a literatura que compreende o

lazer na universidade como elemento essencial para o exercício do direito à cidade e para a democratização do espaço público.

4.3.3 Revitalização área de convivência e coordenação/UFMA

A Revitalização no Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Figura 4), ocorreu com apoio do Edital de Extensão da Fapema e os grupos de extensão da UFMA Intervenção Artística Professora Janine Perini e Lazerologo Professora Ana Catarina. Que de forma interdisciplinar aprovou o Projeto de Extensão denominado revitalizAÇÃO unindo as ações extensionistas universitária, considerando, sobretudo, os resultados que já vinham acontecendo.

O diagnóstico inicial apontou que os espaços internos e externos do campus estavam subutilizados, pouco atrativos e não promoviam adequadamente a convivência acadêmica. Diante disso, o objetivo da ação foi transformar esses ambientes por meio de intervenções artísticas e coletivas que incentivassem o pertencimento, a permanência e a valorização da comunidade universitária. Deste modo foi trabalhado os elementos artísticos dentro de duas disciplinas, a primeira disciplina foi de Linguagens e Códigos com a discussão de elementos afrobrasileiros e no curso de Turismo na disciplina de Lazer e Empreendimentos Turísticos elementos paisagísticos característicos da região, as artes foram escolhidas pelos alunos e aprovadas pelos professores, entre as atividades realizadas destacam-se:

- Intervenção Artística na Coordenação de Turismo com elementos paisagísticos (Carnaúbas), elementos religiosos (como a Igreja) e culturais (produção da farinha)
- Intervenção Artística na biblioteca com elementos incentivando a leitura
- Intervenção Artística afrobrasileiro nos corredores, área de convivência e Centro Acadêmico
- Intervenção Artística política de cunho reflexivo

Figura 4 - Área de convivência e coordenação/UFMA



Fonte: Projeto RevitalizAÇÃO (2024).

Tem-se como principal resultado a multiplicação de novos usos a partir da socialização gerada pela revitalização. Os Centros Acadêmicos passaram a utilizar com mais frequência as áreas comuns, os banheiros permaneceram abertos devido ao uso constante, a lanchonete foi reativada por conta do aumento de circulação e atratividade do espaço, e foi instalada uma área de jogos, fortalecendo o caráter de permanência e integração.

Essa transformação dialoga diretamente com a perspectiva de Lefebvre (1968), que entende o direito à cidade como o direito de transformar e se apropriar dos espaços urbanos, quebrando a lógica de simples consumo do espaço. A apropriação ativa dos locais, evidenciada pelas pinturas e reorganização dos ambientes, melhora a produção social do espaço defendida pelo autor, em que o uso e a vivência coletiva redefinem o sentido e a função dos espaços.

Espírito Santo e Retondar (2018) afirmam sobre o papel da universidade na promoção do direito à cidade e à inclusão social. Ao envolver professores e alunos na transformação dos corredores, biblioteca e áreas comuns, essa ação exemplifica como a extensão universitária pode atuar na ressignificação do espaço urbano, estimulando o pertencimento e a vivência acadêmica mais humanizada. Além disso, retoma a perspectiva de Coutinho, Nóbrega e Fazito (2021), ao mostrar que espaços bem-cuidados e ocupados reduzem a sensação de insegurança e fortalecem as relações comunitárias.

A análise das três intervenções evidencia diferentes dimensões da revitalização de espaços coletivos. Entre elas, apenas a Praça Nossa Senhora de Fátima corresponde a um espaço público urbano, enquanto a Praça dos Cajueiros e a área de convivência/coordenação situam-se no interior da universidade. Essa distinção, contudo, não reduz a relevância das ações, pois, conforme argumentam Espírito Santo e Retondar (2018), o lazer universitário constitui uma dimensão essencial da vida acadêmica, contribuindo para a convivência, a saúde e a formação integral dos estudantes. Nesse sentido, revitalizar áreas internas ao campus também representa a efetivação do direito ao lazer, compreendido por Lefebvre (1968) como parte indissociável do direito à cidade, estendido a todos os espaços de sociabilidade coletiva e assegurado pela Constituição Federal (1988) como direito social.

Nos três casos, a transformação física foi acompanhada de novos usos sociais. A Praça Nossa Senhora de Fátima, inicialmente marcada pela insegurança e pela ausência de equipamentos, apresentou maior circulação comunitária após a intervenção, embora tenha enfrentado posteriormente desafios de manutenção. A Praça dos Cajueiros consolidou-se como espaço de convivência cultural e acadêmica, favorecendo práticas esportivas e recreativas, enquanto a área de convivência e coordenação passou a abrigar usos institucionais, como a reativação de serviços e o fortalecimento dos Centros Acadêmicos. Essas experiências confirmam que intervenções artísticas e ambientais não apenas requalificam fisicamente os espaços, mas ampliam a vitalidade social, fortalecem laços comunitários e contribuem para a percepção de segurança.

Em síntese, a comparação entre os três espaços demonstra que, quando vinculada à participação social e à atuação da universidade, a requalificação de praças e áreas coletivas cumpre dupla função: no espaço público urbano, reforça a centralidade da comunidade na gestão e apropriação dos lugares; no espaço universitário, confirma a universidade como agente democratizador, capaz de promover lazer, integração e cidadania. Assim, a extensão universitária se afirma como prática transformadora que, ao revitalizar espaços de uso coletivo, ressignifica-os como territórios vivos, afetivos e inclusivos, contribuindo para a efetivação do direito à cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou os processos de revitalização de espaços públicos destinados ao lazer em São Bernardo/MA, a partir da participação social, e da extensão universitária. Partiu-se da compreensão de que o lazer constitui um direito fundamental, ligado à cidade,

sendo elemento estruturante do espaço urbano capaz de gerar pertencimento, segurança, inclusão e valorização cultural. Isto é, pesquisar sobre lazer é discorrer sobre segurança pública e turística.

Os resultados obtidos permitiram responder ao problema de pesquisa, organizado em três objetivos específicos. O primeiro buscou identificar a produção científica nacional sobre lazer e turismo revelando três evidências centrais. (A) A desigualdade de gênero, expressa na invisibilidade das mulheres especialmente mães nos espaços de lazer, (B) A influência da faixa etária, que mostra diferenças na apropriação do tempo livre nas práticas culturais, e (C) O estudos sobre pequenas cidades, para onde está caminhando os interesses contemporâneos sobre lazer no espaço urbano.

O segundo objetivo consistiu na catalogação e avaliação dos 16 equipamentos públicos de lazer existentes em São Bernardo/MA. A análise multicritério evidenciou problemas recorrentes de conservação, acessibilidade e sustentabilidade, além de uma distribuição desigual entre áreas centrais e periféricas. Os usos identificados estão concentrados em práticas esportivas, eventos religiosos e lazer contemplativo o que revela baixa diversificação e ausência de planejamento para atender às diferentes demandas sociais.

Tais questões motivaram a realização da análise do terceiro objetivo específico, que examinou as três intervenções de revitalização promovida pelo projeto de extensão Lazerólogo e RevitalizaÇÃO. Os resultados demonstraram que a metodologia baseada na tríade: diagnóstico (escuta e observação), planejamento e intervenção promoveram novos usos e ressignificam os espaços analisados. Na Praça Nossa Senhora de Fátima, observou-se maior presença de crianças e fortalecimento da percepção de segurança; na Praça dos Cajueiros/UFMA, ampliou se a integração acadêmica e cultural; e na área de convivência e Coordenação do Curso de Turismo da UFMA, houve reativação de serviços e incremento da permanência universitária.

Diante desses resultados, é possível responder ao problema de pesquisa que as ações mostram que o lazer, quando tratado como direito social, é capaz de transformar locais subutilizados em ambientes vivos, seguros e integradores, reforçando a cidadania e valorizando a cultura local. Este processo ocorre com a metodologia que foi utilizada pelos projetos extensionista interligação essa tríade: de diagnóstico das especificidades locais, intervenção nos espaços utilizando atividades de educação ambiental e artística com participação social e observação dos principais resultados imediatos.

No campo do turismo, as intervenções de lazer no espaço urbano, com o uso dessa metodologia, propiciam estratégias de planejamento territorial de cunho de base comunitário.

Espaços públicos humanizados favorecem a práticas turísticas que respeitam a cultura e a identidade das comunidades, geram inclusão econômica e reforçam o protagonismo dos moradores na recepção e mediação de visitantes. Assim, o turismo deixa de ser um processo invasivo e passa a ser uma ferramenta de justiça social e transformação coletiva.

Esta pesquisa compreende que o olhar para o lazer em uma cidade de pequeno porte, como São Bernardo/MA, na perspectiva dos processos de revitalização, ainda é pouco explorado. Ao deslocar o foco para um município periférico e de menor escala, a pesquisa contribui para diversificar e descentralizar o debate sobre planejamento urbano e políticas públicas de lazer.

No campo metodológico, identifica a inovação na integração de diferentes técnicas de investigação. Assim, a pesquisa se manifesta na escolha do objeto empírico que são pequenas cidades do interior nordestino, a pesquisa adota uma abordagem combinada que inclui o levantamento bibliográfico ProKnow-C; Mapeamento e avaliação multicritério dos equipamentos públicos de lazer; utilização do dashboards; análise de intervenções extensionistas por meio da observação participante. Além disso, através da extensão universitária foi criado um quadro metodológico de atuação voltado à formação de políticas públicas de lazer e segurança, estruturado em três principais etapas: (1) diagnóstico e participação da população; (2) Intervenção prática; e (3) Analisar participativo dos resultados obtidos.

A pesquisa identificou como limitação a impossibilidade de realizar entrevistas formais com usuários e participantes, devido às exigências do Comitê de Ética, o que restringiu a obtenção de relatos diretos sobre percepções e experiências individuais. Essa limitação foi parcialmente compensada pelo uso da observação participante e do registro fotográfico que permitiram captar evidências visuais.

Por fim, a participação no projeto extensionista Lazerólogo foi uma experiência marcante e formativa, que permitiu não apenas o amadurecimento acadêmico, mas o exercício prático do compromisso ético com a cidade e sua população. A extensão universitária se consolidou, assim, como espaço de escuta, troca e transformação, em que conhecimento e ação caminham juntos. Portanto, a análise do uso público dos espaços coletivos sob essa perspectiva reforça a importância do lazer como um direito e uma necessidade humana. As ações do projeto extensionista lazerólogo contribuem para ressignificar esses espaços, tornando-os locais de aprendizado, convivência e transformação social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. L. N. H. Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 35, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/3RdGSCRGC33rm38XwTk49FR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BARBOSA-PEREIRA, A. Os "rolezinhos" nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, [S. l.], v. 14, n. 1, 2016, p. 545-557. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2385>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BAZUCARINI, C.; CORREA, E. A. Lazer dos estudantes universitários. *Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 15-28, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640653>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BORGES, A. L. M.; FERREIRA, L. D. O.; NÓBREGA, W. R. M. Políticas públicas de revitalização urbana: uma abordagem no turismo e lazer das cidades de Natal/RN e Recife/PE. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 22, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7092>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

CAMARGO, L. O. de L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

COCCO, R. M.; PIPPI, L. G. Análise multicritério dos espaços livres intra-urbanos de lazer e recreação públicos de Santa Maria, RS, Brasil. *Terr@ Plural*, v. 14, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13350>. Acesso em: 19 ago. 2025.

COUTINHO, A. C. A. *Contexto da (in)segurança e políticas públicas de desenvolvimento turístico local*. 2022. 220 f. Tese (Doutorado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49907>. Acesso em: 19 ago. 2025.

COUTINHO, A. C. A.; LIMA, M. V. V. *Inventário e diagnóstico turístico: Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense*. São Bernardo, MA: Novas Edições Acadêmicas, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/123456789/987>. Acesso em: 19 ago. 2025.

COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M.; FAZITO, M. Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 23, n. 3, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9523>. Acesso em: 19 ago. 2025.

DONIN NETO, A.; BOEIRA, L. S. Cidade das meninas invisíveis: cartografias de gêneros no espaço público livre de Florianópolis. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 18, p. 46-63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/49823>. Acesso em: 19 ago. 2025.

DUMAZEDIER, J. Teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980.

ENSLIN, L. et al. ProKnow-C, Knowledge Development Process-Constructivist. Brasil, 2010.

ESPÍRITO SANTO, W. R. do; RETONDAR, J. J. M. Direito ao lazer e direito à cidade: interseções a partir de um projeto de extensão universitária. *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/67920>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GOMES, C.; PINTO, L. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, C. et al. (org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 67-122. Disponível em: <https://grupootium.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/06/livro-1-lazer-brasil.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GONÇALVES, F.; RECHIA, S. Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz e suas formas de apropriação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 37, n., p. 265-271, 2015. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1576/1066>. Acesso em: 19 ago. 2025.

HARVEY, D. O direito à cidade. *New Left Review*, Londres, n. 53, p. 23–40, 2008. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro São Bernardo/MA. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/saobernardo/panorama>. Acesso em: 18 ago. 2025.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

MELO, C.; BOLETINI, T. L.; COUTO, A. C. Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 42, p. e2006, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbce/a/R7c7Bgj3ZJyhnKsDqR7dRdw/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2025.

OLIVEIRA, M.; ROMERA, L. A.; MARCELLINO, N. C. Lazer e juventude: análise das propagandas de cerveja veiculadas pela televisão. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 22, n. 4, p. 535-546, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/refuem/a/bz5NFjSNHmrqr6hKdgCw6Dy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PONATH, J. C. V. Turismo e violência urbana: uma revisão bibliográfica. *Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 117-127, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7272379.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RECHIA, S.; BAPTISTA, M. M. (org.). *Lazer, cultura e território: diálogo entre Brasil e Portugal*. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2024.

RÉGIS, T.; NOGUEIRA, R. Do direito à cidade ao direito à acessibilidade: análise da acessibilidade em locais de serviços e lazer no centro de Florianópolis/SC. *Geosul*, Florianópolis, v. 36, n. 78, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/50294>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SÁ, T.; GARCIA, L.; ANDRADE, D. Reflexões sobre os benefícios da integração dos programas Ruas de Lazer e Ciclofaixas de Lazer em São Paulo. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 5–12, 2017. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/7767>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SANTOS, A. M.; SILVA, E.; BAADE, J. H.; AMORIM, W. L. Turismo e lazer na área do conhecimento. *Revista Inteligência Competitiva*, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 48-78, 2016. Disponível em: https://iberoamericanic.org/rev/article/view/138/pdf_101. Acesso em: 19 ago. 2025.

SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, R. C. A.; CARADE, H. O. S. Nós por nós: visibilidade e politização entre a juventude da periferia de Salvador. *Plural*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 46-62, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770013003/html/>. Acesso em: 19 ago. 2025.